

Educação Escola e Violência

Lúcia Maria de Oliveira¹

Resumo

Esse artigo buscou refletir sobre a questão das violências observadas na escola e uma possível relação com a violência doméstica contra crianças e adolescentes. Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativa, através de revisão bibliográfica e da realização de entrevistas semiestruturadas com professoras. A análise das entrevistas aponta para a responsabilidade do professor como figura central dessa relação e a necessidade de se conhecer melhor o que sabem sobre a questão da violência doméstica contra crianças e adolescentes, bem como de que forma vêm lidando com isso nas escolas.

Palavras-chave: educação; escola; violência, violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Abstract

This article aims to reflect on the issue of violence in school and its possible relationship with the Domestic Violence against Children and Adolescent. It was carried out a qualitative research through literature review and semi-structured interviews with teachers. The analysis of the results points to the responsibility of the teacher as a central figure of this relationship and the need of a better understanding of what do teachers know about Domestic Violence and how are they dealing with it in schools.

Keywords

Education; school; violence; Domestic Violence against Children and Adolescent

¹ Pedagoga, especialista em “Atendimento a Crianças e Adolescentes Vitimas de Violência Doméstica” pela PUC-Rio.

Introdução

O espaço escolar não é apenas um espaço de transmissão de conteúdos acadêmicos. A escola é um espaço onde interações de diversos tipos acontecem resultando, de modo geral, em reflexões, conhecimentos, comportamentos, tendências, construção de redes de amigos e relações sociais. Em conjunto com a família, a escola representa um espaço muito importante de socialização entre as crianças e entre os adolescentes. É, portanto, o lugar privilegiado de informações sobre o desenvolvimento social, psicológico e cognitivo das crianças e dos jovens, uma vez que passam em seu interior a maior parte de seus dias em convívio com outros alunos e professores. Pode-se dizer, então, que a escola é um espaço de socialização e aprendizagem.

Entretanto, a escola vem sendo submetida a grandes desafios desde que passou a receber uma quantidade muito maior de alunos, por conta da massificação do ensino ocorrida na década de 1990, em razão da necessidade de atender ao direito constitucional de garantia de educação para todos. Os alunos provenientes de diferentes situações sócioeconômicas e origens familiares, distintas crenças, raças e hábitos passam a constituir a nova população escolar. Esse novo e imenso universo, extremamente diversificado, traz novas e especiais demandas. Contudo, muitas escolas ainda se encontram em situação precária, seja em termos de instalações apropriadas ou por conta da ausência de equipamentos e ferramentas pedagógicas adequadas associadas a conteúdos desinteressantes ou, ainda, pela falta de capacitação dos profissionais da educação para lidarem com os desafios surgidos em função dessas demandas, quer sejam os ligados a gestão pedagógica ou o corpo docente.

Dentro desse contexto, duas outras questões surgem como importantes em função do impacto que, até hoje, produzem sobre a escola e a educação, de um modo geral. A primeira delas se refere à introdução das novas tecnologias da informação e comunicação, uma revolução que vem retirando da escola seu papel de principal fonte transmissora de conhecimentos da humanidade. Já a segunda questão diz respeito ao modelo de desenvolvimento neoliberal implementado à época e que, até hoje, impõe um padrão de educação baseado na ética de mercado. É a educação voltada para atender o mercado de trabalho, uma proposta concebida com a intenção de promover a inclusão social através da qualificação da mão de obra.

Considerando que, nesse modelo de educação, a segmentação dos estudantes, em função do nível de renda, acontece, naturalmente, crianças e jovens de famílias mais pobres não conseguem ter acesso às escolas particulares precisando recorrer ao ensino público. Entretanto, observa-se que esses jovens, na maioria das vezes, por conta das dificuldades econômicas, acabam abandonando os estudos porque precisam trabalhar, desde muito cedo, a fim de contribuir com o orçamento doméstico, não conseguindo conciliar as exigências acadêmicas com a jornada de trabalho. Assim, ingressam no mercado de trabalho sem estarem, suficientemente, qualificados. Essa dinâmica acaba comprometendo todo o processo educativo pois, se de um lado existe um mercado de trabalho exigindo qualificação, do outro está uma educação que, supostamente, deveria promovê-la, viabilizando o acesso a melhores opções de emprego, mas não consegue. Dessa forma, o sistema educacional não só falha em promover a inclusão social como acaba aumentando a exclusão e a vulnerabilidade dos estudantes de classe social menos favorecida que, normalmente, utilizam a rede pública de ensino, reforçando, ainda mais, as diferenças de oportunidades dos jovens em idade escolar.

Diante deste quadro e ao não conseguir atender mais às demandas da sociedade, a escola, que já tem que enfrentar problemas de gestão e lidar com diversos níveis de precariedade, encontra-se ameaçada. Ao mesmo tempo em que vai perdendo significado na vida das pessoas, a escola se vê desafiada a lidar com todas essas mudanças e, conseqüentemente, com o impacto que provocam no seu cotidiano. Todos os princípios, crenças e valores que serviram para a sua estruturação, fundamentação e sustentação passam a ser questionados e contestados. A verdade é que a escola, além de não conseguir preparar para o mercado de trabalho, já não é mais a única ou principal fonte de transmissão de conhecimentos além de não garantir empregabilidade significando um futuro melhor para os jovens. Conseqüentemente, a juventude em situação de extrema vulnerabilidade, desigualdade social e segregação acaba formando um universo de excluídos compondo um cenário que tem tornado possível estabelecer relações com a violência (Abramovay et alli, 1999). Isso não quer dizer que a violência tenha uma relação direta com a pobreza. Quer dizer que ela pode se manifestar como sendo o resultado do impacto que a desigualdade social e a negação de

acesso aos direitos básicos de saúde, educação, lazer, cultura e bens materiais sobre os indivíduos e ou grupos sociais (Castro et alli, 2001).

Entende-se, com isso, que essas carências sociais podem acabar desencadeando comportamentos violentos os quais podem ser facilmente visíveis nos espaços mais comuns de socialização, como por exemplo, a escola.

Escola e Violência

Cada vez mais temos conhecimento, seja pela mídia televisiva ou jornais, de casos de violência ocorridos em escolas espalhadas pelo mundo. Com certeza, a sociedade brasileira vem presenciando um relato maior de casos de violências nas suas escolas envolvendo agressões verbais, físicas e simbólicas, comuns a todos os que pertencem à comunidade escolar.

Este fato tem dado ao tema certa relevância, uma vez que a violência é sempre um fator prejudicial ao desenvolvimento social das crianças e adolescentes, atingindo todas as relações sociais, incluindo as interações produzidas no ambiente escolar, podendo comprometer todo o processo educativo.

A verdade é que para a infância e a juventude, a escola deveria ser um espaço seguro com regras claras e limites bem definidos. Ao mesmo tempo, um espaço também acolhedor capaz de promover interações positivas, bem como garantir o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Porém, a realidade tem demonstrado o contrário ao transformá-la em palco de violências de todos os tipos.

Apontam-se, como causas prováveis, diversos fatores internos e externos ao ambiente escolar:

Debarbieux (apud Abramovay et alli 2003) afirma que a escola se encontra em situação de vulnerabilidade a fatores e problemas externos tais como o desemprego e a precariedade da vida das famílias nos bairros pobres. Inclui as dimensões “sócio-organizacionais” como explicativas da violência no cotidiano escolar, como por exemplo, a dificuldade de gestão gerando “estruturas deficientes” e a violência que tem origem fora da escola mas que interfere profundamente na vida escolar. Dessa categoria fazem parte as gangues, o tráfico de drogas e as galeras. O autor confirma o impacto negativo da massificação do acesso ao ensino sobre a escola já comentado, anteriormente, apontando como

sendo essa a causa da presença, na escola, de uma grande quantidade de jovens com experiência de exclusão social muitos dos quais fazendo parte dos grupos de gangues afetando, diretamente, toda a comunidade escolar.

Abramovay et alli (2002) ressalta a condição desses jovens em situação de exclusão ou à margem da participação democrática, afirmando que possuem uma baixa auto estima marcada de forma negativa, além de um sentimento de pertencimento comunitário comprometido. Para a autora, é necessidade de formarem novos espaços de pertencimento que faz com que esses jovens se juntem em grupos e busquem nas relações cotidianas estabelecidas nas ruas, novos relacionamentos com outros jovens que tenham iguais carências, necessidades e dificuldades. Isso explica a formação dos grupos de gangues e galeras. Igualmente, é bastante comum que esses grupos se aliem ao tráfico de drogas e armas, por conta da forte sedução e fascínio que as práticas autoritárias e de demonstração de poder utilizadas pelo tráfico exercem sobre eles. As gangues, galeras e o tráfico de drogas são consideradas as violências mais preocupantes porque, embora sejam produzidas no exterior da escola, provocam um grande impacto no seu interior bem como na vida de toda a comunidade. Elas comprometem o sentimento de segurança das pessoas que frequentam a escola, seja por causa das invasões ou tiroteios nos arredores decorrentes das disputas entre os grupos e as ações policiais ou, principalmente, porque é comum que esses grupos consigam estabelecer vínculos com os alunos passando a manter domínio sobre a comunidade escolar. Dessa maneira, os traficantes não só acabam impondo suas regras e controlando a comunidade, como acabam fazendo com que as drogas penetrem o espaço escolar através dos indivíduos ligados às diversas facções. Os diretores passam a sofrer ameaças, não só direcionadas ao patrimônio escolar (pichações, roubos e depredações) como, também, ameaças de morte dirigidas as suas famílias o que acaba afastando qualquer possibilidade de denúncia por parte da escola. Dessa forma, os chefes de tráfico estabelecem a “lei do silêncio” minando o sentimento de confiança nos adultos e na própria escola.

Sposito (1998) também se manifesta considerando essa relação entre os jovens e a violência, como sendo fruto de dinâmicas sociais marcadas por uma desigualdade social, fortemente, visível através de uma distribuição muito desigual da renda. Para a autora, esse espaço estrutural, onde excluídos e incluídos habitam lado a lado, é um espaço propício a relações violentas podendo gerar

também violências na escola. Ressalta, ainda, o resultado de pesquisas sinalizando que ambientes sociais violentos nem sempre produzem práticas escolares caracterizadas pela violência e vice versa. Igualmente, a violência urbana pode invadir a escola sem que signifique, rigorosamente, violência escolar (Guimarães apud Sposito 1998). No entanto, na visão de Sposito (1998) existe, sim, um tipo de violência que nasce no interior da escola como uma forma de relação direta com o estabelecimento de ensino, fazendo com que a escola deixe de ser um lugar seguro de integração social, para se transformar num espaço de ocorrência de violência. Essa concepção considera que é a prática de todos os atores que participam do cotidiano escolar que precisa ser observada, na medida em que podem, elas mesmas, produzir a violência escolar. Em seu artigo intitulado “*A Instituição Escolar e a Violência*” (Sposito, 1998) a autora resume toda essa questão das manifestações de violências no ambiente escolar. Destaca o resultado das pesquisas que indicam como sendo as formas mais frequentes: as depredações e os atos de vandalismo realizados, principalmente, por uma minoria delinquente normalmente representada por alunos claramente em processo de exclusão; as invasões, furtos e roubos atingindo o patrimônio e as agressões físicas bem como outros tipos de agressões, entre os alunos e as de alunos contra professores. Para a autora, esses tipos de interação e conduta impregnadas de práticas violentas que acontecem na escola definem uma cultura escolar marcada por um padrão de sociabilidade violento.

Já o autor Bernard Charlot (apud Abramovay et alli, 2002) refere-se à dificuldade em definir violência escolar por ser esta extremamente complexa e porque esta remete aos “fenômenos heterogêneos, difíceis de delimitar e de ordenar”, mas também porque desestrutura “as representações sociais que têm valor fundador: aquela da infância (inocência), a da escola (refúgio de paz) e a da própria sociedade (pacificada no regime democrático)” (p. 72).

Lucinda (apud Candau et alli 1999) faz uma alusão ao “sucateamento” da educação evidenciando o abandono e descaso do Estado para com a qualidade do ensino e das instalações como fator gerador de violência escolar, uma vez que é capaz de criar um sentimento de desvalorização e menos valia nos estudantes, que podem reagir de maneira violenta, manifestando-se contra o patrimônio escolar.

Outro ponto a ser considerado é o fato de que não existe consenso sobre o significado de violência escolar. O que é caracterizado como violência pode variar

em função da percepção dos diferentes atores envolvidos bem como do próprio estabelecimento escolar. Portanto, uma explicação sobre o fenômeno da violência escolar precisa considerar duas dimensões importantes, as quais dizem respeito às características das vítimas e dos agressores assim como as diferentes instituições e ambientes pelos quais os estudantes circulam. Nesse sentido, Abramovay et alli (2003) afirma a importância de se considerar aspectos da vítima e do agressor com relação à idade, sexo, série, nível de escolaridade, regras e disciplina dos projetos pedagógicos das escolas, impacto de punições, comportamento de professores em relação aos alunos e à prática educacional. Igualmente, a influência das questões de gênero (masculinidade/feminilidade); relações raciais (racismo, xenofobia); situações familiares (características sociais das famílias); influência dos meios de comunicação (rádio, TV, revistas, jornais etc.); espaço social das escolas (o bairro, a sociedade) constituem importantes subsídios que permitem uma compreensão mais abrangente do fenômeno.

Violência no ambiente escolar

Existem diversos termos, normalmente, utilizados para indicar a violência que ocorre no ambiente escolar. Essa terminologia costuma variar de um país para o outro de acordo com a concepção vigente sobre o tema.

Nos Estados Unidos, por exemplo, as pesquisas costumam se referir à “delinquência juvenil” como indicativo de violência na escola.

Já na Inglaterra, alguns autores defendem que só se deve utilizar a expressão “violência na escola” quando existir um conflito entre estudantes e professores ou em relação a atividades que causem suspensão, atos disciplinares e prisão.

São muitos os tipos analisados de violências que ocorrem nas escolas e que são considerados os mais comuns. Segundo Abramovay et alli (2003) a literatura americana encontra-se focada na questão das gangues, xenofobia e também do Bullying, atualmente recebendo especial atenção de médicos, educadores e pesquisadores de um modo geral.

O Bullying, na definição de Nancy Day (apud Abramovay et alli, 2003) é um abuso físico e ou psicológico, contra alguém que não é capaz de se defender. De acordo com a autora, são quatro os fatores que contribuem para o desenvolvimento de um comportamento de bullying: 1) “uma atitude negativa pelos pais ou por quem cuida da criança ou do adolescente”; 2) “uma atitude

tolerante ou permissiva quanto ao comportamento agressivo da criança ou do adolescente”; 3) “um estilo de paternidade que utiliza o poder e a violência para controlar a criança ou o adolescente”; e 4) “uma tendência natural da criança ou do adolescente a ser arrogante.” Diz ainda que a maioria dos bullies são meninos, mas as meninas também o podem ser. As meninas que são bullies utilizam, às vezes, métodos indiretos, como fofocas, a manipulação de amigos, mentiras e a exclusão de outros de um grupo (Abramovay et alli, 2003 : 23).

Já as violências simbólicas vêm garantindo o interesse da literatura nacional, até então focada na violência física. Dentro dessa linha de pensamento ressaltam-se as considerações de Sposito (1998) que incluem, nessa categoria, as expressões de racismo, as intolerâncias e as expressões violentas. A autora afirma que a violência varia de acordo com os diversos contextos culturais podendo se manifestar, ainda, como sendo

“... todo ato que implica a ruptura de um nexos social pelo uso da força. Nega-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito.” (Sposito, 1998: 60 apud Abramovay et alli, 2003).

A autora Hannah Arendt (1961) ratifica o pensamento acima, quando diz que a violência pode acontecer quando existe uma “quebra de diálogo e a perda da capacidade de negociação consideradas como a matéria prima do conhecimento/ educação”.

Na Europa, por sua vez, em especial, na França, os pesquisadores vêm se dedicando ao estudo das incivildades no meio escolar, ainda que, para alguns autores, as incivildades não sejam consideradas exatamente como violência. Apesar dessas diferenças, existe um consenso em torno do quanto as incivildades podem prejudicar o ambiente escolar uma vez que podem gerar um clima de muita hostilidade.

Para Debarbieux (apud Abramovay et alli 2003) por exemplo, as incivildades são violências anti-sociais e antiescolares. Podem ser traumáticas, especialmente quando banalizadas e naturalizadas como uma forma de tratamento social entre alunos, professores e outros funcionários. Por conta disso, normalmente, as incivildades perdem importância e acabam sendo simplesmente silenciadas de maneira a proteger a escola, o que é profundamente pernicioso.

Ainda sobre as incivildades, segundo Bourdieu (apud Abramovay et alli 2003) seriam possibilitadas “por um poder que não se nomeia, que se deixa

assumir como conivente e autoritário. Assim, “professores não vêem, não reclamam e as vítimas não são identificadas como tais.” (p. 24) O autor cita como exemplo as manifestações de racismo onde existe uma cumplicidade não assumida entre todos os participantes.

Charlot (apud Abramovay et alli 2003) apresenta uma classificação em três níveis: a) Violência como sendo “golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos”; b) Incivildades que seriam as “humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito”; c) Violência simbólica ou institucional compreendida como “a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os jovens no mercado de trabalho, a violência das relações de poder entre professores e alunos, a negação da identidade e da satisfação profissional aos professores e a obrigação de suportar a ausência e a indiferença dos alunos.” (p. 21/22).

Com relação à violência sexual observada na escola, existe uma diversidade de formas. Por ser um tipo de violência muito complexo, na medida em que é entrelaçada por vários outros tipos de violência, inclusive a simbólica (idéia de que a mulher deve ter um comportamento mais passivo do que o homem em função de seus atributos naturais de masculinidade) não é nada simples de ser apreendida e classificada como tal. Pode incluir desde “brincadeiras” que gerem constrangimento, até estupros (Abramovay et alli, 2003).

Não se pode esquecer que a violência é, antes de tudo, o resultado de uma complexa relação entre fatores individuais e contextuais que podem influir, de diversas maneiras, sobre o comportamento humano.

Dentro dessa perspectiva, vale a pena lembrar as contribuições winnicottianas sobre os comportamentos antissociais e a delinquência, além da destrutividade compulsiva. Em sua obra cujo título é “*A criança e o seu Mundo*”, o autor discorre sobre esses temas. Suas colocações chamam atenção para o fato de que não se pode ignorar a “natureza antissocial do ato delinquente” (Winnicott, 1982:188) que inclui comportamentos como o furto ou roubo e destrutividade compulsiva além de outros. Para o autor, “os comportamentos anti-sociais da criança ou do adolescente são vistos como sintomas que têm como funções testar o meio ambiente e compelir alguém a encarregar-se de cuidar delas” (apud Oliveira e Americano, 2005: 29 -31) indicando ter havido uma falha anterior

nesse processo, uma “falta de cuidados adequados no âmbito familiar” que, em alguns contextos, pode ser traduzida pela violência doméstica.

Como já foi visto anteriormente, esses comportamentos são bastante comuns de serem observados nas escolas. Por isso, faz-se necessário ampliar a compreensão da questão das violências observadas no ambiente escolar, considerando a possibilidade de que muitas das condutas anti sociais, atos e comportamentos violentos observados possam ser o resultado de violências sofridas não só no interior da escola ou no seu entorno mas, também, dentro do próprio ambiente familiar. Essa perspectiva será o conteúdo da próxima reflexão.

Violência Doméstica e Escola

A violência doméstica contra crianças e adolescentes ocorre dentro de casa, no espaço familiar, no âmbito da vida privada.

Não tem classe social de origem e seus efeitos interferem no desenvolvimento e na saúde de todas as crianças e adolescentes conforme demonstram as palavras de Santos:

“(...) violência direta à criança que independentemente da categoria sócio-econômica, credo ou raça ocorre na comunidade, na relação criança x família escondida pelo chamado pacto do silêncio de seus membros, representado de forma contrária durante o dia a dia e que, cronicamente, como a fome, provoca toda sorte de males, que vão desde sequelas neurológicas ,alterações psíquicas à morte.”(1987:16)

Igualmente, é comum que as vítimas mantenham silêncio sobre a agressão e o que acontece dentro de casa, fazendo com que o “lar” adquira uma atmosfera de segredo, tanto familiar quanto social, deixando de ser um espaço seguro supostamente de proteção para a criança para ser o lócus da violência.

Para a realização desse trabalho, adotou-se como conceito o apresentado pela autora Viviane Guerra em seu livro “*Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada*”, publicado em 1998, no qual esse tipo de violência

“representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e / ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica, de um lado, uma transgressão do poder / dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” (1998, p. 32)

Guerra (1998) define quatro tipos reconhecidos de violência doméstica contra crianças e adolescentes:

Negligência que representa “uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente” (p. 33).

Violência Psicológica ou tortura psicológica que “ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de autoaceitação, causando-lhe grande sofrimento mental.” (pg.33) Também estão incluídas as ameaças de abandono uma vez que podem provocar sofrimento psicológico do tipo medo e ansiedade na criança.

Violência Sexual que se configura como:

“(…) todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utiliza-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (Azevedo e Guerra, 1989, apud Guerra, 1998 : 33).

Violência Física que é definida como “o emprego de força física contra criança, de forma não acidental, causando-lhe diversos tipos de ferimentos e perpetrada por pai, mãe, padrasto ou madrasta.” (pg.41). Essa modalidade de violência é bastante complexa em função das especificidades de suas manifestações, razão pela qual vem sofrendo diversas revisões conceituais e alterações de nomenclatura. Dentre as definições brasileiras mais conhecidas, sob a rubrica de violência física, pode-se incluir, segundo Guerra (1998), os seguintes termos e nomenclaturas: síndrome, violência, abuso-vitimização física e dano e a seguinte conceituação: “qualquer ação que cause dor física, desde o mais simples dos atos até o espancamento capaz de causar a morte de uma criança” (Newell, apud Guerra, 1998: 37).

Com relação aos aspectos que envolvem as famílias, é comum observar a existência de conflitos familiares bem como a prática de disciplinamento físico, através da punição física como parte da educação para muitas dessas famílias.

Cabe lembrar que as pessoas que vivenciam situações de violência acabam experimentando mais de um tipo de violência ao mesmo tempo. Por exemplo, uma criança ou adolescente que sofre violência física e ou sexual, também sofre violência psicológica o que faz com que seja muito difícil uma avaliação a respeito do verdadeiro impacto desse fenômeno sobre a realidade das vítimas.

Segundo Córdia (2003) a violência familiar pode produzir efeitos sobre o espaço escolar, aumentando muito as chances de possibilidade de fracasso escolar e delinquência. Por outro lado, a delinquência aumentaria a violência na escola e as chances de fracasso escolar.

Para Weiss (2004) aspectos emocionais estão ligados ao desenvolvimento afetivo e sua relação com a construção do conhecimento que é expresso na produção escolar. Assim, as dificuldades de aprendizagem podem, por exemplo, estar “falando” de um outro tipo de dificuldade qual seja a existente na relação da criança com sua família, sendo um sintoma de que alguma coisa está errada naquela dinâmica.

Com base nas pesquisas de Wolfe, Crooks, Lee, McIntyre-Smith, & Jaffe (apud Pereira e Williams, 2008) o desenvolvimento global das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica fica prejudicado. Os efeitos negativos da violência intrafamiliar podem ser observados tanto no funcionamento cognitivo e emocional, como na vida escolar e social da vítima.

Candau et alli (1999) afirma que a violência familiar sofrida por crianças e adolescentes tem sido motivo de grande preocupação dos educadores, uma vez que pode prejudicar as relações sociais dos alunos, bem como seu desempenho acadêmico. Segue dizendo que a violência familiar é um fator que, dependendo da gravidade, impulsiona o próprio aluno que sofre a violência doméstica a cometer outras violências na escola.

Lucinda (apud Candau et alli, 1999) ratifica a idéia de Candau afirmando que, no caso dessas famílias, existe uma grande probabilidade de estarem socializando seus filhos para a violência. Complementa dizendo, ainda, que crianças e adolescentes que convivem em família com história de violência, entre seus membros, podem apresentar comprometimento do desempenho escolar.

As autoras demonstram um entendimento de que a violência doméstica obedece a um padrão cíclico de transmissão entre as gerações familiares que serve à perpetuação do próprio fenômeno. Esse ciclo da violência doméstica, também conhecido por intergeracionalidade, pode ser explicado pela Teoria da Aprendizagem Social que tem em Albert Bandura seu maior porta voz. Ele afirma que é através dos processos de modelação ou reforço que o efeito da transmissão intergeracional pode ser desencadeado (Bandura et alli 2008). Segundo o autor, modelação é uma aprendizagem através da observação e do reforço como um estímulo constante a um determinado comportamento. Por isso, as crianças podem aprender modelos cognitivos e comportamentais a partir de modelos ou cópias de eventos diários, incluindo a observação de seus pais em situações interparentais. Dentro desse contexto, a família violenta tem uma importante influência na

aquisição de modelos agressivos pelas crianças (Bandura et alli, 2008). Assim, pode-se dizer que os pais que utilizam a punição física estão mostrando aos filhos que a violência é uma forma apropriada de resolver conflitos e de relacionamento.

Por outro lado, o que pode ser considerado como fator determinante para uma prática abusiva de pais contra filhos é a condição de que esses pais tenham vivenciado as mesmas experiências de violências quando crianças, muitas vezes utilizadas como práticas educativas dentro de um modelo coercitivo de educação. Esses pais podem desenvolver toda uma filosofia de práticas educativas baseadas na mesma severidade com que foram criados, que podem incluir a disciplina física.

Por conta do efeito do processo de modelação, a severidade dos pais manifestada através da punição corporal, em uma determinada geração, pode influenciar, diretamente, a geração seguinte ou, também, ser transmitida de forma indireta através do convívio com esse estilo de relacionamento e influência das crenças parentais e normas culturais, que reconhecem a punição física como forma de disciplinamento educacional. Através dessas condições, as atitudes coercitivas passam a fazer parte do processo de parentalidade das pessoas que conviveram num ambiente assim quando crianças, aprendendo a aceitar essa forma de relacionamento como natural.

Strauss (apud Maldonado e Williams, 2005) afirma que a punição corporal é o principal fator de risco para a violência ou abuso físico.

D’Affonseca e Williams (apud Maldonado e Williams, 2005) no trabalho produzido sobre a intervenção terapêutica com crianças vítimas de violência física intrafamiliar, demonstram a presença de comportamento agressivo como indicador da ocorrência de abuso físico nas crianças. Nessa mesma linha de estudos, foram encontrados os trabalhos de Manion e Wilson (apud Maldonado e Williams 2005) que sugerem que os maus-tratos em crianças estão associados a comportamentos infratores em adolescentes.

Assim, as experiências de maus tratos na infância podem colocar os adolescentes em alto perigo de acabarem envolvidos em comportamentos de risco, estando relacionados a graves dificuldades de ajustamento. Essa probabilidade não é nada remota se considerado o fato de serem os adolescentes mais suscetíveis de apresentar maior internalização e externalização de comportamentos problema, tais como ansiedade, depressão, agressão e delinquência.

Igualmente, os estudos sobre comportamento anti-social em crianças e jovens revelam que modelos coercitivos de relacionamentos e educação na infância acabam influenciando o desenvolvimento de crianças, podendo resultar, mais tarde, em jovens com comportamento infrator e adultos com comportamento anti-social.

Segundo Maldonado e Williams (2005), de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o comportamento agressivo se encontra associado a vários transtornos embora, mais especificamente, ao quadro de transtornos de conduta, que é caracterizado por um padrão persistente de comportamento que viola os direitos básicos dos outros e as normas ou regras sociais importantes e apropriadas à idade.

Portanto, o comportamento agressivo pode ser considerado um importante indicador de que a criança se encontra em situação de risco, frente à exposição à violência severa.

Já com relação à violência sofrida de forma indireta, as pesquisas na área de saúde mental, dentro da área de violência doméstica, concluem que a mera exposição à violência doméstica é, em si mesma, uma forma de maltrato à criança afirmando, por exemplo, que a criança que testemunha a agressão a sua mãe é vítima de violência psicológica e que os modelos de comportamento aprendidos na primeira infância em interações com os outros são automaticamente usados em novas situações. Por meio dessa aprendizagem, a criança adiciona táticas de agressão, podendo aprender a manipular, persuadir, coagir e mostrar, desde o início, comportamentos antissociais, podendo ainda exibir tais comportamentos em interações sociais com seus pares, fora do lar (Graham-Bermann apud Maldonado e Williams, 2005).

Diante do acima exposto, fica evidente que as crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, seja na forma direta, como no caso da violência física, ou indireta, como no caso da violência conjugal, entre outras, podem apresentar, sim, um comprometimento do desenvolvimento acadêmico e comportamental.

Dessa forma e de acordo com as informações subtraídas dos autores citados nesse artigo, em que pese a questão da capacidade de resiliência possibilitando respostas individuais às situações de violência e às agressões experimentadas, a violência doméstica compromete todo o processo educativo, podendo estar

refletida na escola, sendo responsável por uma série de dificuldades de aprendizagem, com ou sem comprometimento cognitivo; pelo comportamento agressivo dos alunos, principalmente, e pelo comprometimento das relações sociais dos alunos pela delinquência e condutas antissociais (Oliveira e Americano, 2005) capazes de causar violências nas escolas, contribuindo, assim, para o agravamento da evasão e fracasso escolar.

Essa constatação traz uma perspectiva diferenciada para o entendimento das questões da violência doméstica e sua relação com o espaço escolar, sendo o professor a figura central dessa relação. Além da responsabilidade legal de comunicar, assim como a escola, os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra crianças e adolescentes, de acordo com os artigos 13, 56 e 245 do ECA, o professor está sempre em contato direto com os alunos, acompanhando o desenvolvimento cognitivo e social dos mesmos. Quaisquer alterações podem ser percebidas, primeiramente, pelo professor. Além do mais, são as suas observações que informam as avaliações pedagógicas, inclusive as que apontam para a necessidade de encaminhamentos para os serviços especializados, em função das dificuldades observadas. No caso da violência doméstica, causa de tantas dificuldades de aprendizagem e alterações comportamentais manifestadas no interior da escola, a possibilidade de uma intervenção adequada por parte do professor vai depender, basicamente, da sua capacidade de identificar esses sinais, o que dependerá, em muito, do acesso a informações bem como de qualificação específica.

Diante de todo esse cenário, torna-se fundamental aprofundar o conhecimento sobre o que sabem os professores a respeito da violência doméstica, bem como sobre a forma como vêm lidando com essa questão nas escolas.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, M. **Escola e Violência**. UNESCO, 2002 - disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000070.pdf> consultado em 25 de junho de 2009
- ABRAMOVAY, M et alli. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. UNESCO, Brasília, 2002- Sites consultados em 24/jun/2009: [www.observatóriodesegurança.org/files/juventude e violência e \[www.unesdoc.org\]\(http://www.unesdoc.org\)](http://www.observatóriodesegurança.org/files/juventude_e_violência_e_www.unesdoc.org)
- ABRAMOVAY, M. e RUA, M. G. (Coord.). **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002. Versão resumida 2003, disponível em [HTTP://www.unesdoc.org](http://www.unesdoc.org) consultado em agosto 2009. ABRAMOVAY, M.; WAISSELFISZ, J. J.; ANDRADE, C. C. e RUA, M.G.. (1999) **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. UNESCO, 2004 Disponível em www.unesdoc.org consultado em agosto de 2009.
- ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará. 1961.
- BANDURA, A; AZZI, R.G. & POLYDORO, S. **Teoria Social Cognitiva: Conceitos Básicos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- CANDAU, Vera Maria; LUCINDA, Maria da Consolação; NASCIMENTO, Maria das Graças. **Escola e Violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- CARDIA, Nancy. **Exposição à Violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, política e direitos humanos**. Disponível em www.lusotopie.sciencespobordeau.fr/cardia.2003 e consultado em 15/ago/09
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G.; ANDRADE, E. R. **Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza**. Brasília: UNESCO, 2001 disponível em www.unesdoc.org consultado em 15 de agosto de 2009.
- ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.
- GUERRA, V. N. de A. **Violência de Pais contra Filhos: A Tragédia Revisitada**. São Paulo: Cortez, 1998.
- GUIMARÃES, E. **Escolas, Galeras e Narcotraficantes**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- MALDONADO, D.P.; WILLIAMS, L. C. A. O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. In: **Psicol. estud. (on line) 2005**, v. 10, n. 3, pp. 353-362. ISSN 1413-7372. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?>. Consultado em 7 de julho de 2009.
- OLIVEIRA, A. C. de; AMERICANO, N. **Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: A Difícil Arte de cuidar**, Rio de Janeiro: Editora Nova Pesquisa e Assessoria em Comunicação, 2005.
- PEREIRA, Paulo Cesar; WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. A Concepção de Educadores sobre violência doméstica e desempenho escolar. In: **Psic.esc.educ. (online) Junho 2008**, vol.12, n.1, disponível em www.scielo.br, acessado em 06/09/2009.

SANTOS, H. O. **Crianças Espancadas**, São Paulo: Papyrus, 1987.

SPOSITO, M. P. A Instituição Escolar e a Violência. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.104, PP 58-75, Jul 1998. Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos consultado em 9 de agosto de 2009.

WEISS, Maria Lucia L. **Psicopedagogia Clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem, 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.